PL 757/2022 00007-T



Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

EMENDA Nº - CI

(ao PL nº 757, de 2022)

Exclua-se do art. 2º do Projeto de Lei nº 757, de 2022, a redação dada ao art. 13 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 757, de 2022, apresenta proposta de nova redação para o art. 13, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário – LESTA), que seriam prejudiciais e trariam insegurança para o transporte aquaviário.

A proposta de vincular em lei a manutenção da habilitação do prático ao cumprimento de recomendações e determinações dos organismos internacionais não é adequada, nem conveniente. As particularidades regionais requerem que os Estados, exercendo sua soberania, decidam quais recomendações dos organismos internacionais serão adotadas em nosso País. A redação proposta representa um risco ao dar um caráter deontológico às recomendações não mandatórias publicadas pela Organização Marítima Internacional.

O § 3º proposto considera a existência de uma regulação econômica fictícia. Mais adiante a atribui ao regulador técnico (Marinha do Brasil), em contrariedade à literatura econômica, que recomenda que a regulação técnica e a regulação econômica devem ser exercidas por órgãos diferentes, evitando-se assim o fenômeno da Captura Econômica. Neste sentido, estudo realizado pelo BNDES, em 2012, propõe que a regulação técnica continue a ser exercida pela Marinha, recomendando que a regulação econômica seja exercida pela ANTAQ, respeitando-se as vocações das instituições.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2

70165-900 – Brasília – DF 1:11:11 31)3303-6446

> E-IIIaII Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Cent 88010-040 – Florianópolis – SC

Telefone: (48)3222-4100





SENADO FEDERAL Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

O § 4º proposto trata de critérios para concessão de Certificado de Isenção de Praticagem. A habilitação de comandantes está prevista na LESTA (art. 13, § 4°) sendo regulamentada por norma da Autoridade Marítima Autoridade Marítima (AM), que já criou mecanismos suficientes para mitigar os riscos de não se ter o prático a bordo (Seção VII, do Capítulo 2 e art. 4.4 da NORMAM-311), e os considera adequados.

Ainda de acordo com o Acórdão 2707/2022 do TCU, foi recomendado que a AM flexibilizasse os critérios para a emissão de Habilitação para Dispensa de Prática (conhecida internacionalmente como Pilot Exemption Certificate — PEC), já atendido pelos dispositivos citados. A redação proposta no substitutivo se contrapõe aos padrões de gestão recomendados por aquele Tribunal, órgão auxiliar do próprio Congresso Nacional. A proposta limitaria a emissão de uma PEC, sem análise dos necessários critérios técnicos.

Adicionalmente, a redação proposta, conjugada dispositivos do substitutivo, permite a cobrança da atalaia aos navios que gozem da PEC, acarretando possíveis judicializações.

Quanto ao proposto pelo § 5º, a Escala de Rodízio Único (ERU) é hoje o instrumento usado pela AM para garantir a habilitação equitativa dos práticos nos diversos tipos de navios, contudo não é um instrumento unânime entre as AM de todos os países. Ademais, leva ao monopólio na atividade quando obriga o tomador de serviço a contratar obrigatoriamente o prático escalado. Assim sendo, não deve constar em lei.

A § 6º proposto pelo substitutivo leva a isenção de navios estrangeiros de pequeno porte, hoje não prevista em regulamentos. A AM e os armadores entendem que serão mantidas as isenções previstas na Tabela do Anexo 4-F da NORMAM-311, que resume os mecanismos para mitigar os riscos de não se ter o prático a bordo, previstos no Capítulo 4 da NORMAM-311.

São esses os motivos que nos levam a pedir que a presente emenda seja acolhida e aprovada.

Sala da Comissão,

Brasília:

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Nilo Coelho -Gabinete 2

70165-900 - Brasília - DF

51)3303-6446

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 - 10º Andar Ed. Mapil - Cent 88010-040 - Florianópolis - SC

Telefone: (48)3222-4100





Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

Senador ESPERIDIÃO AMIN

Brasília:

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Nilo Coelho -Gabinete 2 70165-900 - Brasília - DF

51)3303-6446

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3310320226

Florianópolis: Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Cent 88010-040 – Florianópolis – SC

Telefone: (48)3222-4100